

## ANEXO III

**Gastança**

*Senado quer botar  
Cz\$ 8 bi em obras*

A briga pela construção do Anexo III do Senado, que já tinha saído do Legislativo para o Judiciário, através da ação popular contrária à obra proposta pelo senador Affonso Camargo (PTB-PR), bateu, na semana passada, às portas do Executivo: Humberto Lucena, presidente do Senado, insiste em levantar o prédio, de 17 andares e custo de Cz\$ 8 bilhões, e na quinta-feira, 25, exigiu do ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, a inclusão no orçamento geral da União



Humberto Lucena  
*"Quero provar a lisura"*

de 1989 dos recursos necessários. "Já disse ao presidente Sarney que o Legislativo é um poder independente e não pode aceitar cortes unilaterais", afirma Lucena.

Este argumento ganha maior peso quando se sabe que o orçamento, elaborado pelo Executivo, no qual está embutida a *operação-desmonte*, chegará nesta quarta, 31, ao Congresso e deverá ser votado em novembro por um plenário fortalecido pela nova Constituição. Sem assumir as ameaças, muitos senadores dizem que poderão votar contra verbas para a ferrovia Norte-Sul – se o Senado não receber seu Anexo III. Por enquanto não há obra. Na sexta-feira, 26, a juíza Selene de Oliveira, da Quarta Vara Federal em Brasília, manteve li-

minar que susta a licitação.

A ampliação é um projeto da gestão José Fragelli, o Senado tem hoje 99.495 metros quadrados de área construída, abriga os gabinetes de 72 senadores e tem 5.376 servidores. O Anexo III terá, se construído, 50 mil metros quadrados, mais do que a metade da área atual. Um dos argumentos da mesa diretora para a necessidade da obra é que por decisão da Constituinte haverá o acréscimo de nove novos senadores. "Este número é insignificante para justificar uma obra tão grande, o País vive uma crise muito séria, não há dinheiro e além do mais as licitações estão irregulares", sustenta o senador Affonso Camargo. "Se não houver recursos, poderemos adiar a construção, mas quero provar a lisura dos procedimentos da mesa", rebate o senador Lucena.

Não se conhece o teor da conversa de Lucena com Abreu, no gabinete deste, às 11 horas de quinta. Sabe-se, apenas, que o ministro do Planejamento prometeu "reavaliar" os cortes propostos no orçamento do Senado. Lucena pedira Cz\$ 16 bilhões para 1989, mas na primeira etapa da *operação-desmonte* levará apenas Cz\$ 3 bilhões. "Não dá para receber novas atribuições e deixar o Senado sem recursos para desenvolvê-las", disse Lucena. Segundo ele, o orçamento para as atividades de apoio legislativo (funcionamento das comissões) foi cortado de Cz\$ 2 bilhões para Cz\$ 704 milhões. E o dinheiro para as obras do Anexo III foi reduzido de Cz\$ 7 bilhões para Cz\$ 368 milhões – o que inviabilizaria o início das obras.

**C**om as discussões em torno do anexo, vêm à tona dados sobre os salários astronômicos e baixa produtividade do "quadro de obras" – uma ficção funcional do Senado que abriga 242 servidores, encarregados de manutenção dos prédios e dos apartamentos dos senadores na superquadra 309. Calculando-se que o salário médio no Senado é de US\$ 2.200 mensais, a folha de pagamento dos 5.376 funcionários consumirá este ano Cz\$ 34,9 bilhões. Um senador ganha em torno de Cz\$ 2 milhões mensais e sabe-se que funcionários graduados e antigos têm salários às vezes maiores.

A sessão da Constituinte corria a

todo vapor, às 16h22 da quinta-feira passada, 25, quando um pedido urgente do gabinete do senador Mário Covas desabou na seção de marceneria pelo ramal 4165: precisa-se de um carpinteiro para inserir uma porta. O telefonema interrompeu imediatamente o jogo de cartas que o carpinteiro disputava com o lustrador de móveis – ambos estavam de plantão – e o pedido foi atendido.

O marceneiro E. O. recebeu Cz\$ 114 mil em julho, quase quatro vezes mais do que o salário de um profissional no mercado de Brasília. O almoxarife J. G. O., lotado como contínuo no gabinete do senador Jutahy Magalhães, 1º secretário e administrador do Senado, recebeu em julho Cz\$ 179 mil. "Distorções como esta são antigas e o quadro de obras é uma herança de gestões anteriores", justifica Humberto Lucena.